

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O clero católico e a república: uma relação de conflitos (Rio Grande do Sul 1890 – 1900)

Alexandre de Oliveira Karsburg*

Resumo: A chegada da ferrovia, no início da década de 1880, transformou a vila de Santa Maria da Boca do Monte em um dos locais mais prósperos e importantes do interior sul-riograndense. Hábitos e costumes identificados ao passado foram questionados por aqueles que queriam ver Santa Maria alçada aos tempos do *Progresso*. A religiosidade popular e suas várias devoções, bem como a velha matriz católica em ruínas, eram indícios e símbolo que se buscava modificar ou apagar. Esse processo de transformações foi capitaneado por autoridades públicas e profissionais urbanos preocupados em criar uma imagem de cidade moderna. Por outro lado, havia o clero local e o bispado em Porto Alegre que não aceitaram ver a Igreja Católica retirada do centro das decisões, e, a partir disso, ocorreu uma série de conflitos envolvendo autoridades municipais, párocos, bispos e também luteranos e maçons.

Palavras-Chave: República – Igreja Católica – Poder

Abstract: In the 1880's, the arrival of railroads transformed the Santa Maria da Boca do Monte village into one of the most important and prosperous cities in Rio Grande do Sul countryside. Former habits and customs were extensively discussed by the citizens who would like to introduce the community to the *Progress* age. The popular religious tendency and their devotions, as well the deterioration of the old church, were a fact and a symbol that should be extinguished and could be faded away. Local authorities and urban professionals started and directed a complex process aiming to build for the city mood a modern environment. On the other hand, local clergymen and the diocese of Porto Alegre did not accept that Catholics were not an active force in the center of the developing process. The present study comprised the period from 1884 to 1897. It was marked by constant conflicts among local authorities, priests, diocesan bishops, Lutherans and masons.

Key Words: Republic – Catholic Church – Power.

O clero católico e a perturbação da ordem

Em janeiro de 1897, o bispo Dom Cláudio Ponce de Leão partiu de Porto Alegre para fazer uma visita pastoral na região de Santa Maria. Desembarcou na estação ferroviária da cidade, e apesar do badalar dos sinos e dos morteiros anunciando sua chegada, foi recebido por “insignificante número de cidadãos”, segundo o jornal *O Combatente*.¹ O bispo realizou

* Licenciado em História pela UFSM; Mestre em História pela PUCRS.

¹ “Bispo”. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 3 de janeiro de 1897. Arquivo Casa de Memória Edmundo Cardoso (ACMEC).

duas missas na capela do Divino Espírito Santo, templo que servia de matriz desde antes da demolição da antiga, em 1888. Falando para os fiéis que estavam na cerimônia, Dom Cláudio atacou as leis da República e ofendeu as famílias, causando a revolta de alguns:

Toda a população de Santa Maria assistiu ontem à noite, na igreja católica desta cidade, a maneira como calçou os pés à Constituição da República – o sr. Bispo Dom Cláudio – condenando em absoluto o casamento civil. “Não está casado quem não vier receber o sacramento da Igreja”, ousou avançar o jesuíta! (...) Já na noite anterior o roupeta teve o desplante de dizer: “meus filhos, os pais e os maridos que não deixarem suas esposas, suas filhas irem ao confessionário antes fossem enforcados!”² (grifos nossos)

Sentindo que as leis da República foram atacadas, bem como afrontados os direitos do pai e marido sobre a família, algumas pessoas, que ouviram o discurso, esperaram o término da missa e vaiaram o bispo, protesto que o acompanhou até a residência onde estava hospedado. Segundo os registros do padre Caetano Pagliuca, essa foi uma manifestação “anticlerical”, ocasião, inclusive, que o prelado teve sua vida ameaçada.³

É bastante provável que palavras duras e ofensivas foram dirigidas ao bispo, mas esse, no alto de seu cargo, continuava acreditando que as leis da Igreja deveriam se sobrepor à República, e não teve receio em externar a sua posição. Além do que, o próprio teria usado termos agressivos em suas prédicas, chamando a igreja de Santa Maria de “chiqueiro”! Um cronista do jornal *O Combatente* contra-atacou:

Se a igreja daqui é um chiqueiro, na pitoresca frase do audaz e ignorante jesuíta, não foi este povo, com sacrifício, que a levantou? E para que? Para vir um homem, sim um homem como nós, revestido de paramentos e poderes que não sabe respeitar, e que tem o dever de zelar essas manifestações dos corações crentes, enxovalhar esse mesmo povo? Não!⁴ (grifos nossos)

Para aqueles que não estavam de acordo com o ponto de vista de Dom Cláudio, a reação “do povo” foi totalmente justificável, uma vez que o “jesuitismo” insistia em “absorver nas suas concupiscentes prédicas a família, que tenta estender suas negras asas sobre o que nos é mais caro – o relicário santo do lar doméstico! (...) *Tudo pela família e pela República!*”⁵

A notícia de mais esse fato repercutiu na capital, e os jornais deram razão aos manifestantes em virtude do bispo ter, mais uma vez, abalado o “*modus vivendi*” pretendido

² “Bispo vaiado”. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 10 de janeiro de 1897. ACMEC.

³ Livro Tombo n. 3 (1889-1914), p. 85 a 87 verso. Casa Paroquial de Santa Maria (CPSM).

⁴ “O jesuitismo não triunfará”. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 17 de janeiro de 1897. ACMEC.

⁵ “Bispo vaiado”. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 10 de janeiro de 1897. ACMEC.

pela República, não reconhecendo o seu papel na nova ordem. Contudo, o contrário aconteceu em Santa Maria, quando alguns que vaiaram a autoridade religiosa se viram discriminados por senhoras que não compactuaram com a manifestação.⁶ Mas em defesa da República e da honra de suas famílias, não se importaram com essa retaliação.

Dando seqüência à sua visita pastoral, o bispo seguiu para povoados próximos a Santa Maria, até que chegou a São Martinho da Serra e realizou um sermão aproveitando o último dia da Festa de Santo Antão Abade, no Cerro do Campestre, em 17 de janeiro de 1897.⁷ Foi nessa ocasião que humilhou publicamente o padre Aquiles Catalano, acusando-o como responsável pela derrubada da velha matriz de Santa Maria, em dezembro de 1888, e por ser um sacerdote sem moral. Pelas informações do jornal *O Combatente*, não houve reação a mais essa atitude “intempestiva” do bispo, mas o cronista não deixou escapar a oportunidade:

Pois roupeta boçal, se [Aquiles] Catalano é desmoralizado e tudo mais que afirmastes e que por tais motivos não pode continuar em Santa Maria, como é que ele serve para estar em São Martinho? (...) Audácia perante o público, insulto também público é o que fizestes no dia 17, aproveitando-vos de um momento de uma festa popular que o educado povo santa-mariense seria incapaz de interromper (...). Pois se aquele sacerdote pode servir, com os defeitos apresentados, noutra igreja, como não o pode na nossa? Não dissestes ao povo a verdadeira causa, sr. bispo. E não o dissestes, está claro, porque não convinha e não convêm aos subalternos interesses vossos e da camarilha que vos cerca.⁸

A transferência do padre Aquiles, de uma importante cidade como Santa Maria, para outra que decaía, como São Martinho da Serra,⁹ pode explicar as insinuações proferidas pelo cronista do jornal *O Combatente*. O que o bispo queria era criar uma estrutura eclesiástica forte na região central do Rio Grande do Sul, e Santa Maria, por ser um local em desenvolvimento econômico, era ideal para tais fins.

⁶ Segundo pudemos constatar no artigo escrito por João Monteiro Vale Machado, algumas senhoras deixaram de cumprimentá-lo e até mesmo viraram-lhe às costas por ser ele um dos que vaiaram o bispo na noite do dia 3 de janeiro. Em resposta, o mesmo afirmou: “Como santa-mariense, como cidadão, condenei e assumo a responsabilidade do que fiz (...). Eu quero, preciso mesmo conhecer os jesuítas (...)”. Ao referir-se às senhoras, atacou: “Vão para um convento, porque assim não terão de baixar a cerviz quando enfrentar homens como nós. Não podem nivelar-se conosco, é bom que não nos cumprimentem.” *Jornal O Combatente*, Santa Maria, 17 de janeiro de 1897. ACMEC.

⁷ A maior festa católica do interior do estado. Para maiores informações, ver minha dissertação de mestrado (KARSBURG, 2007).

⁸ “O povo triunfará”. *Jornal O Combatente*, Santa Maria, 24 de janeiro de 1897. ACMEC.

⁹ No livro de Romeu Beltrão, há várias páginas dedicadas a São Martinho da Serra, que se tornou município no final do século XIX, e anos depois voltou a ser distrito. Acabou sendo prejudicado por não ver passar perto de seu perímetro urbano os trilhos do trem, decaindo em termos econômicos e perdendo importância política tanto para Santa Maria como para o recém-criado município de Júlio de Castilhos (BELTRÃO: 1958). São Martinho da Serra foi a “residência” do padre Aquiles por alguns anos, até que o bispo novamente o mudou de lugar, encerrando sua vida em Cruz Alta, falecendo em 1903.

Por esse motivo Dom Cláudio substituiu o sacerdote Aquiles Catalano por Carlos Becker, e posteriormente pelos padres palotinos, que além de estarem dentro dos padrões exigidos pelos católicos reformistas de Santa Maria, seriam representantes de seus interesses na cidade. O prelado queria que aqueles organizassem a freguesia, administrassem as irmandades e orientassem as devoções, eliminando o que ele considerava “excessos da religiosidade popular”, submetendo os fiéis à hierarquia, enfim, expandir o catolicismo romano e fazer de Santa Maria uma referência religiosa estadual.

Só que para concretizar tais intentos, seria preciso, primeiro, enfraquecer a resistência antiultramontana, mas atitudes como as do bispo não ajudavam em nada o trabalho dos padres nas paróquias. Pelo contrário, fazia com que mais pessoas se tornassem hostis à Igreja Católica e aos seus representantes, e uma vez que os leigos se levantavam contra o clero, a reação de Dom Cláudio era quase sempre a mesma: interditar as igrejas,¹⁰ o que gerava um círculo vicioso.

No caso específico de Santa Maria, os anticlericais exaltados faziam muita propaganda de seus feitos, diziam-se representantes do povo, falavam em nome dele: “*Tome bem nota bispo D. Cláudio, escrevei na vossa cartilha o dia 17 de janeiro [de 1897] e não esqueci o período que em nome do povo falamos (...). Gravai na memória, se possível for, o seguinte: O povo de Santa Maria sabe o que vai fazer! O povo triunfará!*”.¹¹ Igualmente aspiravam que a cidade se tornasse um modelo de resistência ao “jesuitismo”: “aos que virão caberá por sem dúvida a apologia destes feitos contrários ao jesuitismo”,¹² afirmou um dos redatores d’*O Combatente*. Os jornais de Porto Alegre contribuíram para a construção da “fama”, dando ampla cobertura dos fatos ocorridos.

Também o padre Caetano Pagliuca fez “apologia” dos “feitos contrários ao jesuitismo”, pois, em seus relatórios, muito destacou a força dos “inimigos da religião” em Santa Maria. Baseando-se em seus escritos, a historiografia eclesiástica que veio na seqüência consolidou essa versão, acreditando que a “elite política e intelectual” de forma geral era contrária à religião. Para a idéia de “cidade descrente” e “corrompida” a distância foi curta.

A nosso ver, as interpretações exageram quanto à força dos adversários da Igreja na cidade. Primeiro porque a resistência não foi da população, mas sim de uma parte da elite que não simpatizava com a proposta ultramontana de religião. Falavam em nome do povo

¹⁰ A interdição de igrejas era a saída encontrada pelo bispo para punir a população que reagia ao ultramontanismo. Não só Santa Maria teve sua igreja interdita, também Cachoeira do Sul, em 1898; Dona Francisca, na região da ex-Colônia Silveira Martins, por duas vezes, em 1896 e 1906; além de outras na Serra gaúcha. Sobre as interdições, ver dissertação de mestrado de Maira Ines Vendrame (VENDRAME: 2007).

¹¹ “O povo triunfará”. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 24 de janeiro de 1897. ACMEC.

¹² “Os jesuítas”. Jornal *O Combatente*, Santa Maria, 10 de janeiro de 1897. ACMEC.

para serem legitimadas as suas ações perante a opinião pública sul-rio-grandense. Em segundo lugar, havia uma outra elite que buscava a reforma religiosa, enxergando no padre Carlos Becker, e depois nos palotinos, personagens importantes que auxiliariam no *Progresso* da cidade. Contudo, as elites de um modo geral não concordavam com as atitudes de um bispo que usava seu poder com fins políticos, tentando recuperar ao Estado a tutela da sociedade e passando por cima da autoridade do pai sobre a família. Essa iniciativa do prelado era inaceitável para os republicanos.

Concordamos com Vitor Biasoli quando esse afirma que aqueles “eram tempos de áspero conflito político-religioso”, mas devemos relativizar quando o mesmo diz que “os adversários da Igreja romana eram fortes e pareciam inabaláveis” (Biasoli: 2005, 203). Demonstraram força ao expulsar um padre da cidade, mas os “adversários da Igreja”, além de não representarem a totalidade da população, não eram “inabaláveis”, uma vez que possuíam rivais à altura.

Pertenciam à elite política e intelectual, mas nesse mesmo grupo social havia os que se postaram ao lado do vigário, que, por sinal, exerciam cargos dos mais relevantes em Santa Maria. Intendente, membros do Conselho Municipal, juizes, advogados, farmacêuticos e outras categorias assinaram um documento declarando-se contrários ao grupo que intimou o padre Becker. Tomaram “as dores” desse e contra-atacaram os que se diziam representantes do povo. O próprio Carlos Becker declarou que tinha a simpatia de muitos católicos santamarienses, e que as famílias confiaram os filhos ao ensino da catequese.

Talvez a comprovação final de que Santa Maria não era uma cidade “dominada” pela Maçonaria e por pessoas “inimigas da religião”, foi que com a chegada dos palotinos ao local, em 1896, houve uma aproximação entre a elite católica e os padres dessa congregação para trabalharem em conjunto a fim de criar uma estrutura eclesiástica forte e alcançarem o *Progresso*. As atitudes inoportunas do bispo certamente dificultaram a ação dos palotinos, e uma vez criado o clima adverso, tiveram que agir para reverter a situação até reconquistar a confiança dessa elite santa-mariense.

Vitor Biasoli acredita que os palotinos ofereceram um norte religioso para uma sociedade que estava em processo de desenvolvimento por causa do crescimento sócio-econômico (Biasoli, 2005: 17). A cidade estava na condição de ponto central da malha ferroviária, atraindo pessoas de várias partes do estado e do país, além dos imigrantes italianos que cada vez mais se faziam presentes no local. Era urgente e necessário haver um controle sobre essa população, operação de “disciplinamento social” (Ribeiro, 2003: 17-8)

especificamente, e uma instituição como a Igreja Católica era uma poderosa aliada nesse sentido.

Mas os padres teriam que trabalhar a favor das leis da República, deixando de atacá-las, e com o firme propósito de formar cidadãos dentro de uma moral politicamente aceita. Se assim o fizessem, os republicanos católicos não se furtariam em apoiá-los em seus projetos. A construção de uma Catedral de grandes proporções, que simbolizou a supremacia do catolicismo ultramontano na cidade, e a criação do bispado em 1910, são as maiores provas do sucesso da aliança entre os palotinos e parte da elite.

O clero católico e as tentativas para se manter a ordem

Em julho de 1900, o bispo Dom Cláudio Ponce de Leão enviou uma carta, para o então pároco de Santa Maria, o palotino Pedro Wimmer (1896-1900), mostrando-se preocupado com a situação da maioria das freguesias administradas pelos padres da Pia Sociedade das Missões. Essa carta era uma resposta do bispo às queixas que o vigário fez relatando sobre as dificuldades que vinha enfrentando na paróquia. Deliberando com outros membros da Igreja, Dom Cláudio constatou que tais problemas tinham por culpado o próprio padre Wimmer, sendo assim, o bispo aconselhou que fosse melhor aquele pedir exoneração do cargo de vigário, isso para evitar males maiores.

O bispo igualmente lembrou um caso ocorrido em Caxias do Sul anos antes, quando os palotinos haviam sido expulsos pelos imigrantes italianos daquele lugar. Dom Cláudio estava profundamente desgostoso com a congregação, pois também na região da ex-Colônia Silveira Martins reinava descontentamentos: em Dona Francisca, Arroio Grande e até no “berço” Vale Vêneto.¹³ O bispo argumentava que os padres jesuítas mudavam os seus vigários quando percebiam inconvenientes, ao contrário da Pia Sociedade, “que sofre grande prejuízo com tudo isso (...), e talvez mais tarde sofra ainda mais”. Dirigindo-se ao padre Wimmer, Dom Cláudio continuou em seus desagravos:

Entreguei essa freguesia a V. Revma. [padre Pedro Wimmer] com o desejo de favorecer a Pia Sociedade das Missões dando uma

¹³ A pesquisadora Maíra Ines Vendrame analisa detalhadamente essa carta do bispo, concluindo que os palotinos estavam passando por uma situação delicada na região da ex-Colônia Silveira Martins (VENDRAME, 2007: 114-5).

*freguesia rendosa, reunindo todos os Revdos. Padres Palotinos em redor de Santa Maria, o que conclui nomeando o Revdo. Padre Mathias Vigário de Silveira Martins. Parece que meu plano não foi aprovado por Deus, porque, excetuando por ora Silveira Martins, por toda a parte reina grande descontentamento. V. Revma. sabe que tenho dado todo apoio aos Padres Palotinos, mas isso nada tem adiantado.*¹⁴ (grifos nossos)

Como comentamos anteriormente, ao crescer economicamente e despontar como um dos locais mais prósperos do estado, Santa Maria atraiu a atenção do bispo do Rio Grande do Sul, Dom Cláudio Ponce de Leão, que tomou ciência do grau de importância que seria “conquistar” a cidade para o catolicismo reformado, visando criar uma estrutura eclesiástica forte, revertendo a situação institucionalmente frágil da paróquia. E esse foi um dos motivos para dispensar Aquiles Catalano e nomear o padre Carlos Becker e, depois, os palotinos, pois esses trabalhariam objetivando aquele fim.

Atendendo às reclamações do prelado, não passou muito tempo para que o superior da Pia Sociedade das Missões, Carlos Gissler, exonerasse Pedro Wimmer do cargo e indicasse outro para seu lugar. No dia 25 de dezembro de 1900, assumia o italiano Caetano Pagliuca, talvez o mais diplomático dos sacerdotes palotinos.

O padre Caetano é considerado o grande herói da reforma católica em Santa Maria, figurando quase como um mito¹⁵ entre os pesquisadores eclesiásticos.¹⁶ Ao escrever o relatório – que seria entregue ao bispo coadjutor Dom João Pimenta quando de uma visita pastoral à região em 1907 –, a intenção era desfazer a imagem negativa que Dom Cláudio tinha sobre a congregação. E havia fatos e motivos para comemorar: a nova igreja matriz quase concluída, estando num dos pontos mais centrais da cidade; o hospital de caridade

¹⁴ *Cópia da carta do bispo Dom Cláudio Ponce de Leão ao padre Pedro Wimmer*, 26 de julho de 1900. Transcrição feita pelo padre Claudino Magro do Arquivo Geral de Roma, sem data. AHPNSC. Esse documento foi publicado de modo parcial no livro de Genésio Bonfada, tentando criar uma impressão de que a relação entre o bispo e os palotinos foi sempre harmoniosa (BONFADA, 1989: 129).

¹⁵ Acreditamos que o padre Caetano Pagliuca esteja próximo da “Lenda do Salvador”, isso porque o próprio sacerdote, em seus registros, colocou-se como um lutador, um combatente, sempre ameaçado, resistindo à beira do precipício, recusando submeter-se a um contexto desfavorável à sua Igreja. Seguindo os modelos de heróis de Raoul Girardet, o padre Caetano Pagliuca se aproxima do tipo “Sólón”, aquele que possui gestos sóbrios, rosto atento, concentrado na meditação e na demonstração, que procura assentar e definir as regras que amanhã serão as da vida coletiva, construindo o edifício que as gerações futuras terão por tarefa conservar (GIRARDET, 1987: 77-8).

¹⁶ Em jornais e revistas católicas que surgiram nas décadas seguintes, percebemos quão esta história foi se tornando idealizada. No jornal *O Santamariense*, de 30 de novembro de 1922, há a comemoração do Jubileu Sacerdotal do Reverendo Padre Caetano Pagliuca. Assim está escrito na primeira página: “O reverendo padre Caetano é o nome, em toda Santa Maria, conhecido e reverenciado. Numerosas obras piedosas e caritativas atestam a sua operosidade que não vencem nem os múltiplos empecilhos que encontra a cada passo o homem que quer semear o bem e a verdade, nem o embate soez de inimigos gratuitos que atacam a idéia e, subjogados pelo respeito, admiram o trabalho indefeso (...). O impulsor da nova vida católica que se vem notando em Santa Maria, de vinte anos para cá, e a sua alma, digamo-lo com todas as letras, é o Reverendo Padre Caetano Pagliuca.” Jornal *O Santamariense*, Santa Maria, 30 de novembro de 1922. Arquivo Histórico Provincial Nossa Senhora Conquistadora, Santa Maria. AHPNSC.

estava sob os cuidados das irmãs franciscanas; os colégios São Luiz e Santa Maria sob a direção do vigário e tendo como professores os irmãos maristas; o colégio Santana dirigido pelas irmãs franciscanas funcionava a contento; o Apostolado da Oração dos Moços e do Campestre estavam reorganizados; a Congregação Mariana das Filhas de Maria fora inaugurada em 1906, além de outros tantos setores de atuação que aumentavam a influência ultramontana na sociedade.

O relatório, portanto, deve ser lido como uma propaganda positiva do trabalho palotino em Santa Maria. E se o padre Wimmer não conseguiu grandes progressos anos antes, Caetano Pagliuca argumentou que foi por culpa das perseguições que sofria, já que Maçonaria, protestantes e autoridades municipais agiam para impedir o avanço da reforma católica.

Esse documento, que vem servindo de parâmetro para escrever a história da religião em Santa Maria, desconsiderou o trabalho feito pelos padres anteriores aos palotinos, acentuou a ruína da vida religiosa na paróquia e aumentou a força dos “inimigos da religião”. Se havia a intenção de redimir o padre Wimmer, também desejava mostrar que a Pia Sociedade era confiável e merecedora de administrar uma freguesia tão rendosa como Santa Maria. Além da conciliação com Dom Cláudio, os resultados apresentados visavam atestar que a cidade poderia ser uma diocese, e, quem sabe, que fosse administrada pelos palotinos.

Bibliografia

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria – 1797-1933**. Porto Alegre: Selbach, 1933.

BELTRÃO, Romeu. **Cronologia histórica de Santa Maria e do extinto município de São Martinho**. 1º Volume (1787 – 1930). Santa Maria: Editora Pallotti, 1958.

BIASOLI, Vitor Otávio F. **O Catolicismo ultramontano e a conquista de Santa Maria da Boca do Monte** (Rio Grande do Sul - 1870/1920). São Paulo: USP, 2005. (Tese de doutorado)

BONFADA, Genésio. **Os palotinos no Rio Grande do Sul**. 1886 a 1916: fim da Província Americana. Porto Alegre: Editora Pallotti, 1991.

DAUDT FILHO, João. **Memórias**. 4ª ed. Santa Maria: Editora da UFSM, 2003.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

ISAIA, Artur Cesar. *Catolicismo, regeneração social e castilhismo na República Velha gaúcha*. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, vol. 18, n. 1, julho de 1992.

_____. *Católicos, Pica-paus e Maragatos*. In: FLORES, Moacyr (org.). **1893-95: A Revolução dos Maragatos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993.

_____. **Catolicismo e autoritarismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. **Sobre as ruínas da velha matriz: religião e política em tempos de ferrovia** (Santa Maria 1884-1897). Porto Alegre: PUCRS, 2007. http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=482

MARIA, Pe. Júlio. **A Igreja e a República**. Brasília: Editora da UNB, 1981.

RIBEIRO, Emanuela Sousa. **Igreja Católica e Modernidade no Maranhão, 1889 – 1922**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2003. (Dissertação de Mestrado). (<http://www.dominiopublico.gov.br>)

SERPA, Élio Cantalício. *Bispos: Elites dirigentes e catolicismo popular em Santa Catarina*. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, vol. 19, n. 2, dezembro de 1993.

VENDRAME, Máira Ines. **“Lá éramos servos, aqui somos senhores”: a organização dos imigrantes italianos na ex-Colônia Silveira Martins (1877-1914)**. Porto Alegre, PUCRS, 2007. http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=483.

VÉSCIO, Luiz Eugênio. **O crime do padre Sório: Maçonaria e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1893-1928)**. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.